

“A VOZ INVISÍVEL”: O RÁDIO E A PRÁTICA POLÍTICA EM SERGIPE NO INÍCIO DOS ANOS 1960

Carla Darlem Silva dos Reis

carlareisufs@gmail.com

Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Tutora no Centro de Educação a Distância (UFS)

RESUMO

O estudo da política através dos meios de comunicação é algo recente, data da renovação da chamada historiografia política que se deu a partir do pós-guerra quando o político passou a ser visto não apenas como o Estado e seus representantes, mas como as ações que envolvem a sociedade, administradores públicos, meios de comunicação, educação e o próprio ambiente familiar do indivíduo. É a partir desse viés que o presente artigo pretende se inserir, buscando relacionar os meios de comunicação, principalmente as radio difusoras, com o modo de fazer política em Sergipe em um momento social de grande complicação: renúncia de Quadros, posse de Jango e eminência de um golpe, influenciou a vida de uma parcela significativa da sociedade.

Palavras-Chave: Radiodifusão, Sergipe e Política.

**"THE VOICE INVISIBLE": THE RADIO AND PRACTICAL POLITIC SERGIPE IN
THE EARLY 1960's**

Carla Darlem Silva dos Reis

carlareisufs@gmail.com

Mestra em História PROHIS-UFS

Tutora CESAD/UFS

Abstract

The study of politics through the media is a recent phenomenon, the date of renewal of the historiography called policy that occurred from the post-war period when the political was seen not only as the state and its representatives, but as the actions involve society, public officials, the media, education and the family's own individual environment. It is from this bias that this article intends to enter, trying to relate the media, particularly broadcasters, with the way of doing politics in Sergipe in a time of great social complication: Frames of resignation, Jango possession and eminence a blow, influenced the lives of a significant portion of society.

Keywords: Broadcasting. Sergipe. Politics

O olhar sobre o político através dos meios de comunicação é algo recente e por esse motivo, coberto por alguns estorvos. De acordo com Jeanneney (2003), as dificuldades do trabalho com os meios de comunicação perpassam tanto a diversidade e dispersão dos objetos, quanto a conservação precária, na maioria das vezes, das imagens e sons produzidos por emissoras de radiodifusão. Explica-se, portanto, a ausência de muitas fontes referentes à Rádio Liberdade, uma vez que poucos são os registros arquivados sobre essa emissora, pois não se tinha o hábito de salvaguardar a memória, nem de construir um banco de dados capaz de servir como local de e para estudiosos sobre o tema.

As mídias são cooptadas pelos partidos e mercado econômico, devido à influência que exerce sobre a sociedade numa tentativa de controlar o que é produzido, uma vez que as notícias não são de fato o que aconteceu, mas um relato sobre o acontecido, podendo ser manipulado a partir dos interesses de quem e para quem se fala. Em nossa sociedade, a política é, basicamente, midiática, pois há uma preocupação em moldar a opinião pública, construindo-se uma barreira capaz de neutralizar a hostilidade da sociedade para com os feitos dos governantes. Por esse motivo, acabam transformando-se em meio complementar para partidos políticos e grandes elites, e o que era um contrapoder passa a ser um poder complementar. Não mais preocupada com a imparcialidade, como defende os pilares midiáticos, mas envolta de predileção por um partido, por uma elite, por um sistema de governo capaz de mantê-la viva.

O contrapoder, entendido aqui a partir de Castells (2009), foi definido como sendo “a capacidade de um ator social de resistir e desafiar as relações de poder institucionalizada”, como ocorreu por muito tempo com os meios escritos e falados no Brasil e no mundo, que surgiram para dar voz a uma população, sendo o principal inimigo do Estado no que concerne a formação de sublevações contra as figuras públicas.

Para Castells (2009), a mídia e a informação se constituíram, desde muito, como fontes fundamentais de poder e contrapoder, de dominação e mudanças sociais. E através dessas relações, entre político e mídia que é composta a esfera pública e as elites formadoras das mídias, que encontramos o que podemos definir como poder. De acordo com Francisco Falcon (2012), o poder é algo plural e emana a partir de uma relação social concebida eventualmente, sendo a política a principal forma de efetuar-lo. O poder não é concebido como um exercício cotidiano, mas como uma relação, se dando de maneira abstrata, pois ao mesmo tempo em que não podemos definir um dono para ele, sabemos quem não o possui, conforme

afirma Foucault. “O Poder representa um campo de lutas, pois muitos são os interessados nele, todos querem manipular” (FOUCAULT, 1975)

Na atualidade esse quadro tornou-se mais complexo devido à enormidade de informações e ao fluxo com o qual as notícias são produzidas, isso se deve, em grande parte, à rede mundial de computadores. Mas mesmo em uma sociedade na qual a informação se alastra como pólvora, conseguimos observar essas relações sendo transmitidas, pois ambos os lados (mídia e esfera política) possuem trocas a serem feitas. A mídia quer informar, e a esfera política quer manipular esta informação para não ser contrária a ela, observamos, igualmente, uma relação clara de poder. Essas personagens só convivem, pois há uma nítida mutualidade, na qual ambas deverão trocar algo, caso contrário não poderá empreender a relação de poder, “isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer uma das partes em presença, retirar, mas na qual ninguém pode estar privado”. (FALCON, 2012).

Esse poder transmitido através do meio radiofônico se inscreve no modelo de análise de Foucault (1975), uma vez que o entende como algo capaz de transmitir um saber de qualquer ordem:

Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1975, p. 30)

Dessa maneira, consideremos os espaços simbólicos e midiáticos como locais nos quais o poder-saber são produzidos, servindo não apenas para informar e divertir, mas também influenciar a vida sociopolítica de uma determinada sociedade. Cardoso (2012, p.43) corrobora com Foucault ao dizer que “o poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social”, pois os detentores desse poder acabam estratificando a sociedade. A discussão aqui proposta perpassa a compreensão dos espaços midiáticos em Aracaju, enquanto formadores de opinião e locais de disputas sociais e políticas a partir da *Gazeta de Sergipe* e da *Rádio Liberdade*.

A Radiodifusão no Brasil e em Sergipe

A história do rádio no Brasil é recente, entretanto não o é a vontade de implantá-la. Em 1892, o Padre Roberto Landell de Moura iniciava as suas experiências nas cidades de Campinas e São Paulo, fazendo a transmissão de voz humana ser o seu principal invento. Embora não reconhecidos no Brasil, seus inventos receberam cartas de patente nos Estados Unidos. Com a falta de interesse dos brasileiros, o inventor perdeu o título de pioneiro para o italiano Guglielmo Marconi. Nascido em Bolonha, esse italiano dedicou-se à Física e aos inventos de Hertz, mas também não foi na sua cidade natal que recebeu o apoio necessário e sim na Inglaterra, dessa maneira fez a sua primeira transmissão radiofônica transatlântica em 1901, conforme comenta Prado (2012).

Siqueira (2007) acentua ainda a importância do invento de Marconi, pois a partir dele o mundo estaria inserido no que Marshall McLuhan chama de *aldeia global*, possibilitando a comunicação intercontinental, passando a ser o meio de comunicação mais popular da primeira metade do século XX (PRADO, 2012).

Reynaldo Tavares (1997) elucida que a primeira transmissão ocorrida no Brasil foi em 1922 com o centenário da Independência, de acordo com ele: “O discurso do então Presidente da República Dr. Epitácio da Silva Pessoa chegou ao grande público por intermédio de um sistema de ‘Telefone Alto-Falante’” (1997, p. 47), os receptores haviam sido instalados na Praia Vermelha, enquanto os transmissores no Alto do Corcovado pela Westinghouse Electric.

Apaixonado por tecnologia e encantado pela radiofonia, o Professor Edgard Roquette Pinto lança em abril de 1923 a Sociedade Rádio do Rio de Janeiro SPE, chamada posteriormente de PRA-2. Tavares (1997) comenta que essa emissora foi, inicialmente, instalada na Livraria Científica Brasileira e após um mês foi transferida “para a Escola Politécnica e, dali, para o 6º andar da Casa Guingle, onde operou experimentalmente com um transmissor PEKAM de 100 watts” (1997, p. 51).

A primeira rádio do Brasil (ao menos a que se tem registro) tinha um caráter educativo e deveras cultural, o objetivo era “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”, conforme consta em Prado (2012, p. 52). Embora a proposta fosse muito significativa, o objetivo de Roquette Pinto não foi alcançado, pois naquele momento o aparelho radiofônico era muito caro e só as elites tinham o poder de compra desse meio de comunicação.

Com a ascensão do rádio a partir de 1930, devido ao momento político em que o mundo vivia e, ao barateamento para instalação de emissoras, essa tecnologia acaba chegando à Sergipe. A década de 1930 é o momento no qual há uma consolidação do rádio não apenas no Brasil, como também na América Latina. Com o Governo de Vargas há um incentivo à produção radiofônica, pois se acreditava, de acordo com Dóris Fagundes Haussen (1997), que o rádio se transformava em um elemento de unificação nacional e seria impossível transformar o país em nação sem criar essa cultura nacional, que seria gestada através das emissoras radiofônicas.

Os primeiros passos da radiofonia em Sergipe se dão com a chegada da radiodifusora PRJ-6, hoje *Rádio Aperipê*, em 1939, no governo de Eronides de Carvalho no contexto da consolidação das emissoras em todo o território nacional. De acordo com Jairo Alves de Almeida, radialista sergipano atuante na área desde a década de 1960, a rádio surgiu como uma necessidade do governo de difundir os seus feitos e de aproximar-se da população. Antes da implantação da Difusora, “o governo divulgava numa rádio amadora que existia no fundo do Palácio, mas foi denunciado ao governo federal porque ele estava praticando um ato ilícito e não podia divulgar as ações do governo numa rádio amadora que era mais pra comunista” (ALMEIDA, 2014), sendo contrário aos aspectos ideológicos do governo Vargas.

A difusora contava com bons programas, mas com um público restrito, pois conforme assinala Maynard (2006, p.81) “de nada adiantariam bons programas sem ouvintes. Embora contasse com algumas casas comerciais que já realizavam a venda de rádios-receptores, no final dos anos 30, Aracaju e as demais cidades sergipanas não eram fartas nesses aparelhos”, uma vez que eram caros, não conseguindo alcançar o bolso de todos os sergipanos. Os modelos de rádio eram variáveis, existia o modelo *Galena*, os quais eram montados pelo próprio ouvinte, eram modelos de baixa potência, devido a sua forma rudimentar.

Mas, alguns aparelhos já eram comprados prontos, sem precisar montar tendo a Philips um dos principais mercados de venda desses produtos. Eram resistentes, possuíam uma bela aparência, mas mesmo assim, não conseguiam desempenho satisfatório no tocante a propagação do som em alta potência. Devido ao papel que desempenhava era comum vizinhos se aglutinarem nas casas dos que possuíam a “caixa mágica” para ouvir a voz ecoar. Eram, através dessas ferramentas, que se sabiam dos acontecimentos do Brasil e do mundo, que se ouviam as novelas e construía-se um imaginário dessas personagens.

A *Rádio Aperipê* estava inserida nesse contexto, do imaginário, dos programas de auditório,

do local onde a música era produzida e levada de casa em casa, de bairro em bairro, uma disseminadora de cultura. De acordo com Maynard (2006)

Em seus primeiros anos, a programação da Aperipê apresentava tangos, sambas, maracatus, valsas, fados, rumbas, foxes, frevos, marchas, choros e canções orfeônicas. Única emissora do Estado, a PRJ-6 tinha que atender os gostos musicais distintos. Embora diferentes nas temáticas e formatos [...] havia unicidade no teor pedagógico que atingia a maioria dos programas da PRJ-6 (MAYNARD, 2006, p. 84).

Os ritmos reproduzidos na PRJ-6 eram, na maioria das vezes, nos programas de auditório com bandas ao vivo e ao longo de sua história diversos artistas que chegaram a participar trazendo a sua voz para os palcos e receptores sergipanos. Luiz Gonzaga e Emilinha Borba, por exemplo, chegaram a fazer shows na Difusora, mostrando como grandes nomes nacionais chegavam aqui por meio da PRJ-6.



Figura 1: Programa Calendário - A cantora Ângela Maria e o radialista Santos Mendonça (Década de 1950)

Fonte: <http://audiografia.blogspot.com.br/p/tempos-aureos-do-radio-sergipano.html>

Essa participação de artistas nacionais em rádios locais é justificada pela função das emissoras naquele momento, pois “o rádio tinha finalidades educativas e culturais e a publicidade era proibida” (PRADO, 2012, p. 58). Todavia, manter os programas de auditórios, a vinda de artistas nacionais, além do quadro de pessoal trabalhando nas emissoras era dispendiosa. O Decreto-Lei 21.111, do ano de 1932, foi um ganho significativo no que diz respeito a cobrir as despesas das emissoras, pois através desse decreto estava permitida a propaganda a partir daquele momento, contudo de maneira bastante sistematizada.

Com a permissão da publicidade, o radialismo passou a ser algo voltado ao mercado, tendo um caráter muito mais empresarial, passando a ocorrer a busca pelos melhores profissionais.

Para Prado (2012, p. 42), “as emissoras foram paulatinamente se especializando na produção de conteúdo para públicos específicos”. Dessa forma surgiram programas puramente musicais, jornalísticos e de apropriação do governo como “A voz do Brasil”, que inicialmente se chamava “A Hora do Brasil”.

A voz que guia: O Rádio e a prática política

Getúlio Vargas percebeu o potencial econômico e político que o rádio poderia exercer e, assim, criou o programa *A Hora do Brasil*, nascido com o objetivo de divulgar as realizações do governo e, de acordo com Haussen: “Vargas, no entanto, não instrumentalizou a utilização do rádio no sentido doutrinário, havia o controle através da censura, mas a programação, mesmo da *'Hora do Brasil'*, era diversificada e não só de divulgação de atos políticos”. (HAUSSEN, 1997, p. 30)

Até 1934 a radiodifusão ficava sob jugo do Ministério da Educação (MEC), mas a partir daquele mesmo ano Vargas passa essa obrigatoriedade ao Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DNPDC) que era ligado ao Ministério da Justiça. De acordo com Schwartzman (1984, p.87 apud Hausen, 1997, p.25), “esta decisão faz parte, sem dúvida, de um esforço de colocar os meios de comunicação de massas a serviço direto do poder executivo, uma iniciativa à qual não faltava a influência do Ministério da Propaganda alemão, recém-criado com a instalação do governo nacional socialista em 1933”.

O diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) brasileiro estava ligado aos preceitos fascistas e era um fiel escudeiro de Vargas. Lourival Fontes, sergipano nascido em Riachão do Dantas em 1889, participou diretamente do governo varguista e desempenhou essa função até 1942, além disso, ele foi o idealizador do programa inspirado nos preceitos de Mussolini na Itália (MATOS, 2001). E foi assim que há quase oitenta anos ouvia-se pela primeira vez a “Hora do Brasil”, indo ao ar no final de julho de 1935. Nesse momento ainda não havia a transmissão em toda a cadeia nacional, sendo irradiada apenas pelas emissoras: PRA-2, PRA-3, PRA-9, PRP-7, PRE-2, PRC-8, PRF-5.17 e PRD-2. Apenas em 1938 foi que o programa passou a ser levado a todo país. Vale ressaltar, que a instalação do programa se deu no Governo Vargas, entretanto, anteriormente ao Estado Novo, mas a sua obrigatoriedade se dá a partir de 1939. Tendo uma excelente audiência o programa se mantém no ar até os dias atuais, mas serviu tão bem à Ditadura civil-militar quanto ao Estado Novo, mas ao invés de

ser “A Hora do Brasil”, passa a ser a “Voz do Brasil”.

A Voz do Brasil serviu de palco perfeito para promover a Ditadura civil-militar e ficou sob o jugo das Relações Públicas do Presidente da República (AERP). Só em 1970, após uma pesquisa mostrar uma baixa audiência do programa houve uma reestruturação do modelo e a inserção de quadros como, por exemplo, *O Brasil na copa do mundo*, que tinha a duração de cinco minutos. (MATOS, 2001, p. 38).

Embora a programação do programa mais antigo da rádio brasileira servisse ao governo, ele mesmo passou por algum tipo de censura durante o apogeu ditatorial, após o lançamento do AI-5 em 1968. Alguns nomes não poderiam sequer ser mencionados pelos locutores. De acordo com Matos (2001, p.50), por conta da autocensura que se praticava, “a apatia do fato jornalístico tornar-se-ia um traço cultural marcante, mesmo após o fim do regime autoritário”, fazendo com que, aos poucos, o programa tivesse sua audiência prejudicada.

O governo ditatorial fez uso do rádio, inclusive, para fins educacionais. A exemplo do Projeto Minerva, que conforme elucida Prado (2012), tinha o objetivo de alfabetizar e educar através da radio transmissão. A maioria dos programas não se importava apenas com a educação formal, mas também com a educação ideológica, voltada à idolatria do governo. Concomitante a esse projeto, surgiam nas comunidades pobres as *Rádios Comunitárias*, numa tentativa de remar contra o sistema.

Ghedini (2009) vê a Rádio Comunitária como uma FM de baixa frequência, servindo para entreter e prestar serviços à população. Além disso, ela não deve possuir fins lucrativos e a sua finalidade maior é servir à comunidade. Essas rádios passam a existir a partir da década de 1970, sendo mais difundidas a partir da década de 1980, quando a efervescência política proporcionou o surgimento dessas rádios comunitárias. Hécio Pacheco Medeiros (2010) enfatiza que o fenômeno das criações dessas rádios comunitárias ou piratas - como são inicialmente chamadas -, ocorreu principalmente na América Central e na América Latina por conta dos governos ditatoriais.

Mesmo após o fim da Ditadura, diversas rádios comunitárias foram fechadas e interceptadas pela Polícia Federal por não terem licença para sua transmissão. Dessa maneira é muito fácil encontrar emissoras comunitárias que se mudam muito de espaço por haver um cerceamento policial. Só em 1998 é criada uma legislação para regulamentar as rádios comunitárias, entretanto, até hoje diversas são as rádios que são fechadas por não se enquadrarem no que determina a lei.

A prática política é composta por dois lados que embora antagônicos precisam um do outro. Estamos falando do povo X os políticos (no sentido dos gestores públicos). Todavia, os gestores públicos são muito mais dependentes do povo do que ao contrário, necessitando de meios para convencer a população, para manipular a informação e tornar-se conhecido. Mesmo antes dos meios audiovisuais, os candidatos já faziam uso de outras formas de comunicar-se com a sociedade, fosse através dos comícios ou de sua influência na região pretendida ao pleito.

A busca pelo povo requer legitimar o sistema político, buscar a aproximação e aceitação das massas é a forma que as elites encontram para manter-se no poder. A partir dessa premissa é que temos a utilização dos meios radiofônicos para expressar a legitimidade do processo político. O Brasil na figura de Getúlio Vargas e a Argentina, com Juan Domingo Perón, foram influenciados diretamente pelo poder das rádios.

Para Maria Helena Capelato (1998, p.34), “tanto no que se refere à forma de organização da propaganda como nas mensagens e nos apelos realizados com o intuito de sensibilizar o receptor para práticas políticas de sustentação do poder” foi que esses líderes utilizaram o modo de fazer política através dos meios de comunicação.

A partir do momento em que Getúlio Vargas passa a fazer o uso do rádio o Brasil passa a conhecê-lo de uma maneira mais íntima e a voz sem forma passava a adentrar a casa de cada brasileiro, levando informação, música e influenciando nas decisões políticas tomadas por quem tivesse acesso a ele. Ademais, iniciou-se um processo de estreitamento das relações, pois é como se o Presidente falasse para as pessoas de maneira individual, cada um ouvia a seu modo, criando uma espécie de amizade por aquela voz, que embora invisível, se fazia presente nos lares cotidianamente.

O rádio modifica o ambiente doméstico, as famílias reuniam-se para o divertimento proporcionado pelas caixas falantes. Programas de auditório, radionovelas, programas infantis, de calouros, pronunciamentos políticos, tudo perpassava o rádio em sua época áurea, que dura até meados da década de 1970.

Não há, portanto, como estudar as relações sociais, principalmente das décadas de 1960 e 1970, sem compreender os meios de comunicação de massa e a política, que estão intrinsecamente ligados. Para tratar de política aqui, utilizamos o conceito defendido por Norberto Bobbio (1998) como uma “forma de atividade ou práxis humana”. Nesse sentido, a mídia ocupou, desde seu aparecimento, um lugar central na difusão das ideologias.

Através do rádio, o acesso à informação chegava aos doutos e aos leigos, dos bairros de classe média aos bairros das elites, até as periferias a informação estava disseminada, alcançando a quase todos, não fosse pelos altos custos dos aparelhos, sem embargo, podemos pensar nessa ferramenta como uma maneira de democratização das notícias por alcançar não apenas as elites e possuidores da leitura, mas também os iletrados.

Seguindo o curso da Europa e do Brasil como um todo, nas principais cidades do Nordeste, as rádios começam a surgir como forma de apoiar partidos políticos e/ou como extensão de determinadas elites socioeconômicas. Após a redemocratização, em 1945, dois fortes grupos políticos passam a se solidificar em Sergipe, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) tendo como seu principal aliado o Partido Republicano (PR). A UDN é estruturada em outubro de 1945, congregando as elites econômicas e intelectuais sergipanas, contando com diretórios em “praticamente, todos os municípios do Estado, com um arrojo dificilmente visto num partido iniciante, em Sergipe” (Dantas, 1989, p. 160).

O PSD, por sua vez, articulou-se tão logo os auspícios da democracia voltaram a figurar, pois foi estruturado a partir da máquina oficial, alguns de seus nomes circulavam tanto na UDN quanto no PSD, (Dantas, 1989, p. 170) a diferença é que quem comungava em ambos os partidos, tomava parte da Esquerda Democrática dentro da UDN, como é o caso do jornalista Orlando Dantas. Embora figurasse inicialmente em ambos os partidos, dentro da União Democrática Nacional ele defendia a Esquerda Democrática, que por sua vez advogava a favor do socialismo e liberdade.

A partir do momento em que há a cisão entre PSD X UDN desenha-se claramente disputas partidárias deveras ácidas, onde acontecia um verdadeiro jogo de mentiras e manipulações. Para tanto, ambos os partidos deveriam ter os seus próprios meios de articulação com a sociedade. A Rádio Aperipê servia a quem estivesse na situação, ficando a oposição sem um espaço para propagandear as suas eleições e foi assim que surge em 1953 a *Rádio Liberdade* (RL), para servir de aparato político à UDN, com o prefixo ZYM-20.

O interesse da criação de meios de comunicação de massa ligados a uma elite se deu devido a comprovação de que o prestígio social das pessoas comuns ou políticos, começam a ser elevados a partir do momento no qual elas passam a dispor de uma imagem favorável nos meios de comunicação e nada mais formidável que criar uma própria emissora para transmitir essa imagem positiva de si e de seus correligionários (LAZARFELD e MERTON 1977, p.

243). O interesse principal do empresário Albino Silva da Fonseca era ter um suporte que chegasse à população para divulgar os feitos e interesses da UDN. O radialista Jairo Alves de Almeida, atuante na radiodifusão sergipana desde 1960, retifica essa ligação política:

O problema político aqui em Sergipe era terrível, as rádios nasceram das necessidades políticas. A difusora surgiu das necessidades do governo Eronildes Carvalho de divulgar os seus feitos políticos. [...] Quando o PSD estava no poder ficava com a Difusora, a UDN então não tinha rádio. E foi assim que surge em 1953 a Rádio Liberdade para fazer face a essa solicitação da UDN que queria ter a rádio.¹

Santos Mendonça, em depoimento dado à *Rádio Liberdade* nas comemorações dos 30 anos da emissora, relatou que, embora os arquivos sejam incompletos, não dá para esquecer nem negar os méritos de como surgiu a Rádio Liberdade. De acordo com o seu relato, a ideia de criar a Liberdade passou a ser gestada quando estava para chegar o líder Leandro Maciel à Aracaju e os seus correligionários queriam fazer a transmissão ao vivo do aeroporto. Para isso, “a consulta fora feita pelos correligionários aos arrendatários da Rádio do governo Srs. Augusto Fernandes da Luz e Claudio Silva, da possibilidade de uma irradiação diretamente do Aeroporto”. Todavia, eles não obtiveram sucesso, pois os líderes da situação governamental não foram de acordo com tal ato. De acordo com ele, depois de cessada a confusão, Albino Silva da Fonseca prometeu a Leandro Maciel que “em outra feita, como candidato do governo do Estado, teria a sua chegada irradiada por uma emissora que surgiria para servir aos correligionários”.

Sem embargo, essa empreitada não seria possível caso o apoio das instâncias superiores fosse negado, uma vez que até hoje as rádios só podem funcionar através da concessão governamental. Foi assim que naquele momento o udenista “valeu-se do prestígio de Leandro Maciel e Heribaldo Vieira, para junto ao Senador Lourival Fontes, chefe da casa civil da presidência da República de Getúlio Vargas, conseguir o andamento do processo para a implantação de uma nova emissora”, conforme relata Santos Mendonça nas reportagens realizadas pela *Rádio Liberdade* na comemoração do aniversário de 50 anos da emissora².

Fundada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1945, a UDN tinha objetivos bem claros, os de concorrer às eleições no nível mais alto e por isso se utilizava dos meios de comunicação para propagandear os seus feitos e a sua ideologia, na tentativa de aproximação dos

¹Trecho da entrevista concedida ao documentarista Sérgio Borges no documentário *Silva Lima – Uma memória radiofônica*.

² Os áudios foram fornecidos pelo radialista Renato Nogueira em outubro de 2014.

indivíduos, afim de “promover o progresso cívico e material do povo brasileiro”, como reza o estatuto.

Mas não só de política vivia a *RL*, ela também se voltava para o entretenimento, pois deveria agradar o seu ouvinte, trazê-lo para perto de si e deixar que a sua emissora fizesse parte do cotidiano da população sergipana. Desse modo, não apenas os programas como *Informativo Cinzano* e *Calendário* de Silva Lima e Santos Mendonça, respectivamente, faziam sucesso, mas também os programas de auditório, como shows de calouros, acompanhados por majestosas bandas e artistas da terra como, por exemplo, Antônio Teles, Vilermando Orico e também artistas nacionais como Ângela Maria. Além disso, a radionovela também era um fator de popularidade da *RL*.

A *RL* conseguiu angariar muitos ouvintes fiéis devido a sua programação de boa qualidade, além de ter em seu quadro, jornalistas considerados bons profissionais, que faziam com que as pessoas se tornassem ouvintes fidelizados àquela emissora. O médico e ator Augusto César Macieira³ afirmou que, na década de 1960, quando ainda frequentava o primário no Colégio Salvador, ao chegar a casa o rádio sempre estava sintonizado na *RL*, principalmente para ouvir o *Informativo Cinzano* e o programa *Calendário*, com Santos Mendonça. A partir da figura de Macieira, percebemos o quão diversificado era o público da emissora udenista, pois por sua posição social e do colégio frequentado por Macieira, percebermos que o mesmo fazia parte da elite sergipana.

As relações de poder e disputas nesse período eram tão intensas que chegavam às vias de fato, um exemplo tácito foi quando ocorreu o suicídio de Vargas. Por conta da posição política da *Rádio Liberdade*, ser pertencente a UDN da qual comungava também Carlos Lacerda, ela fora invadida por pessoas revoltosas da morte do Presidente. Todavia, Santos Mendonça alega que a posição de Lacerda nada tinha a ver com a de Albino Silva da Fonseca, pois este se dizia extremamente grato a Vargas, por conta da concessão da emissora.

O rádio, enquanto um meio de comunicação das massas procurava influenciar a sociedade a partir do que era transmitido, seja em relação ao consumo, aos gostos políticos ou ao entretenimento, pois era uma maneira de reiterar os moldes da estrutura sociopolítica daquele momento. Por tal motivo, cabe aqui uma análise dos dois principais radialistas daquele momento, bem como os seus programas.

³ Em entrevista ao documentário *Silva Lima: Uma memória Radiofônica* de 2003. César Macieira veio a falecer em 13 de junho de 2007, mas deixou um grande legado nas artes sergipanas, além de médico, foi ator, diretor e radialista.

Radialistas e Políticos: As Trajetórias eleitorais de Silva Lima e Santos Mendonça

Dissociar a fase áurea do Rádio no Brasil dos discursos e fazeres políticos é quase um sacrilégio, por esse motivo, temos a obrigação de compreender quem eram esses radialistas no âmbito do campo político sergipano. Tanto Silva Lima, quanto Santos Mendonça, adquiriram grande prestígio na sociedade revelado na vitória da primeira eleição para vereador de Silva Lima (1963-1967). Já Santos Mendonça conseguiu ser eleito duas vezes: a primeira para vereador (1960-1962)⁴ não completando o mandato, logo foi eleito pela população para ocupar o cargo de Deputado Estadual em 1962, ficando até ser cassado em 1964.

Ambos desempenharam funções bem diferentes na esfera pública, enquanto Santos Mendonça foi um político respeitado, comparecendo às reuniões e participando dos projetos, de acordo com os relatos encontrados Silva Lima esteve ausente em todas as reuniões do ano de 1965, compareceu em oito reuniões no período de 1963-1965, todavia, quando se fazia presente não pronunciava nenhum tipo de palavra na tribuna. Os microfones que ouviam a sua voz eram apenas os da emissora. Diversas são as atas que comprovam a ausência do parlamentar como é o caso da que temos abaixo:

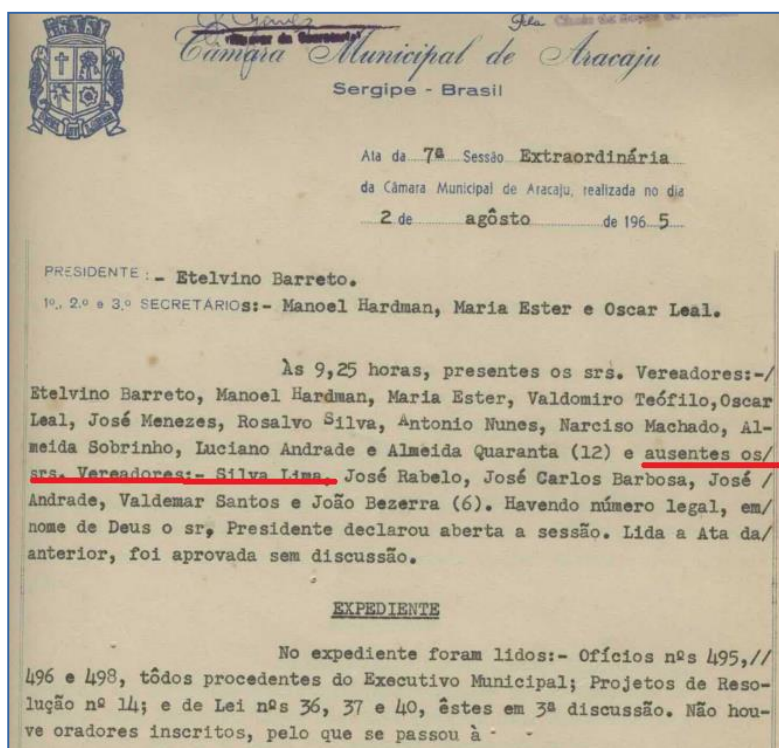


Figura 2: Ata da Câmara de Vereadores. Fonte: Atas da Câmara Municipal de Aracaju

4 Relação de Vereadores eleitos por Aracaju, na Câmara Municipal de Aracaju.

Santos Mendonça, por sua vez, também contou com algumas ausências durante o seu mandato como vereador, mas caiu no gosto popular sendo eleito Deputado Estadual, cargo no qual passou menos de dois anos. Alguns meses depois da instauração da Ditadura civil militar, Santos Mendonça é cassado. O jornalista Carlos França (2014) conta que após a saída de Mendonça da *RL* ele fora para a *Rádio Cultura* que já funcionava em Aracaju no pós-golpe e de lá, vez ou outra, fazia alguns trocadilhos ou algum tipo de piada com os militares. Duas dessas peripécias de Mendonça são retratadas por Carlos França:

Contou uma vez de um cidadão que ia passando por uns sentinelas com um pacote na mão e o guarda falou assim: “O que está levando aí, material subversivo?” Aí o rapaz disse: “Não, não, estou levando maconha”, “Ah, tudo bem, pode passar! ”. Isso em plena ditadura. Outra, o então Tenente Coronel Dejenal Queiroz, que mais tarde foi coronel, depois general, e brigava muito com Mendonça. Mendonça passou na frente do 28º BC e tinha umas balas de fuzis secando lá. Aí Mendonça chegou na Rádio e disse: “Olhe pessoal, queria avisar para vocês que as balas do exército estão podres, que eu passei hoje e elas estavam secando ao sol” (FRANÇA, 2014).

Nesse momento de desafio ao Exército, Santos Mendonça já havia sido cassado, mas segundo consta nos documentos, jornais e depoimentos, não foi por problemas políticos e sim por conta de um desvio de verba que nunca foi bem explicado. De acordo com o historiador Luiz Antônio Barreto (2012), houve uma denúncia de compra excessiva de flores que “daria para enfeitar todo o cemitério Santa Isabel” e também de água mineral, algo que nunca foi muito bem explicado, conforme evidencia Barreto.

Contudo, não há registros que comprovem essa versão. As discordâncias entre ele e alguns líderes da UDN em relação aos militares eram constantes e, aos poucos, Santos Mendonça foi sendo afastado da vida pública. Por conta desse afastamento por volta da década de 1970, Mendonça acabou se dedicando ao comércio, mas aos poucos voltou à comunicação através do jornal impresso *Tribuna de Aracaju*, hoje *Correio de Aracaju*, onde escrevia a coluna *Zig-Zag* e lá publicava crônicas (BORGES, 2003).

Já Silva Lima não conseguiu ser eleito novamente, mas devido às boas relações mantidas na *Rádio Liberdade* e, principalmente, com o proprietário Albino Silva e os militares, continuou desempenhando o cargo de radialista, sem sofrer nenhum tipo de interferência ou censura, pois servia aos que estavam no comando. Alexandre Santos alega que Silva Lima era deveras contraditório no que diz respeito ao campo político, pois ele era um situacionista e remava de

acordo com a maré do sistema. Silva Lima era contraditório enquanto político. Não era democrático, embora deixasse transparecer. Ele era cooptado pelo sistema. Dependendo da maneira como os políticos se conduziam é como ele ia se conduzir. Ele não era capaz de ser imparcial. O outro lado era sempre inimigo para ele (BORGES, 2003).

A linguagem jornalística estava ausente do seu cotidiano, pois para ele o que falava mais alto era o poder. Como naquele momento as informações só podiam chegar de forma escrita ou através do rádio, as notícias – por mais falsas que fossem -, espalhavam-se de maneira contínua até que o boato fosse desmentido e assim ocorreu com diversos episódios envolvendo a *Rádio Liberdade* e a *Gazeta de Sergipe*. Por ser oposição X situação, a posição ideológica era levada muito a sério, incorrendo em mentiras e difamações por ambas as partes para com os líderes desses meios de comunicação.

E assim Silva Lima e Orlando Dantas, proprietário da *Gazeta de Sergipe*, travam um verdadeiro embate político. A calúnia implantada contra Orlando Dantas através de Silva Lima no seu programa na *Rádio Liberdade* fez com que este ficasse afastado por alguns meses dos microfones. Jairo Alves de Almeida recorda a notícia, Silva Lima afirmara em cadeia nacional que Orlando Dantas estaria com “câncer no orifício”, fato que o proprietário do periódico não gostou e achou desrespeitoso. De acordo com a notícia publicada no jornal do dia 30 de janeiro de 1969, Silva Lima fora condenado a ausentar-se dos microfones no período de quatro meses, tanto em sua emissora, quanto nas outras. Para que pudéssemos ter uma melhor visão do caso foi buscado o processo no Tribunal de Justiça de Sergipe, no entanto, o mesmo não consta no acervo, pois desde janeiro a dezembro de 2013 que vários arquivos foram levados para a Comissão da Verdade, no qual esse estava presente.

Através da memória de alguns radialistas ou ex-radialistas, conseguimos entender melhor o modo como ocorriam essas disputas, conforme elucida Cláudio Nunes, que conta um pouco da história da *Rádio Liberdade*:

Em Sergipe a coligação PSD/PR tinha conseguido eleger Arnaldo Garcez para suceder a José Rollemberg Leite no governo estadual. A UDN – União Democrática Nacional -, cujo líder máximo era Leandro Maciel, precisava de uma emissora de rádio para fortalecer sua candidatura nas eleições de 1954 (NUNES, 2012).

Após aberto o processo judicial contra Silva Lima, o diretor e proprietário da *Gazeta de Sergipe* conseguiu êxito ao entender que o radialista teria que ficar afastado dos microfones durante quatro meses.



Figura 3: Notícia sobre a condenção de Silva Lima.

Fonte: *Gazeta de Sergipe*, 30 de janeiro de 1969, p. 1.

Nesse segundo processo impetrado contra Silva Lima o responsável pela sentença do radialista foi o juiz Lauro Pacheco. Segundo o periódico, as investidas contra o Orlando Dantas se davam em decorrência das denúncias promovidas contra a *Rádio Liberdade* nos crimes de defloração, enriquecimento ilícito, contravenções fiscais, que estavam presentes naquela emissora desde o governo de Leandro Maciel. Vejamos o que é dito pelo jornal sobre a rádio em questão:

Montada no governo Leandro Maciel que subiu ao Palácio Olímpio Campos em 1955, através de meios escusos, na maior fraude eleitoral da história política do Estado, se constituiu, de logo, em instrumento de ataques pessoais. Quando, doze anos atrás, surgiu a GAZETA, sob a direção do jornalista Orlando Dantas, *tempos após a Rádio Liberdade encetou campanha pessoal contra nosso diretor, [...] o caráter pessoal, só denunciava fatos como crimes de assassinatos, contravenções fiscais, defloramentos em empresas dos diretores da Rádio referida, enriquecimento ilícito.* (*Gazeta de Sergipe*, 13 de março de 1969: 3).

Não havia um controle sobre o que se falava e sobre quem se falava, por esse motivo é que ambos os meios de comunicação noticiavam o que para eles melhor lhes agradava e, certamente para convencer o público, buscavam uma maneira de legitimar o seu poder, carisma e veracidade diante dos fatos.

Nesse roteiro é que nos situamos como *defensores da sociedade* ameaçada por um *grupo de criminosos, assaltantes do tesouro estadual* e municipal e que jamais pagando devidamente o Imposto de Renda pudesse (sic) justificar a compra de propriedades urbanas e rurais além de bens de consumo. *Há dias, porém, a referida Rádio entendem de voltar aos ataques caluniosos ao nosso diretor, desrespeitando a decisão do eminente Juiz de Direito desta Capital dr. Lauro Pacheco.* E como é preciso desmascarar a direção dessa rádio, dirigiu o ofendido ao Delegado da Polícia Federal ofício solicitando abertura de inquérito para apurar os fatos denunciados em dias diferentes e do conhecimento público. (*Gazeta de Sergipe*, 13 de março de 1969: 3).

Considerações Finais

A oposição feita aos situacionistas mesmo durante o período militar pode ser comprovada através de reportagem veiculada em 17 de janeiro de 1969. As personagens envolvidas no episódio dessas acusações de corrupção estiveram diretamente ligadas à *Rádio Liberdade*, incluindo o deputado Aerton Silva, filho de Albino Silva. De acordo com a reportagem daquele dia, alguns deputados estariam sendo capturados devido à má distribuição e recebimento ilícito de verbas.

A *Gazeta* se encontrava como uma espécie de contrapoder em relação à *Rádio Liberdade*, qualificando-se de imparcial e alegando que os frequentadores da Rádio e seus parentes, eram “corruptos ou corruptíveis”. Por conta do poder econômico de Albino Silva da Fonseca, esse se dizia não se importar com o pagamento da indenização por calúnia contra o jornalista Orlando Dantas. A discussão empreendida por ambos se dá num mesmo contexto político entre situacionistas, no qual os dois apresentam, em momentos distintos, o papel de locutor e interlocutor. Quando um dos meios se pronuncia em relação ao outro, traz para si a incumbência de locutor, ou enunciador, fazendo com que o receptor da notícia, o grande público ou até mesmo o atingido, seja capaz de produzir um juízo sobre o que lhe foi passado. De acordo com Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (2008), o receptor sofre influência do que é lhe passado através do enunciado, produzindo um discurso favorável para um dos lados. Sendo assim, dá-se para entender que os escritos do jornal e as emissões orais feitas pelo radialista Silva Lima estavam impregnados de significação, para que assim o receptor acabasse por escolher um dos lados, aquele que houvesse uma maior identificação.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jairo Alves de. *Entrevista à autora*. Aracaju, Rádio Cultura, 10 de novembro de 2014. (Fonte oral).
- ANDRELO, R. Et. all. A utilização do rádio na educação à distância (EAD): O projeto Minerva e o movimento de educação de base. USC: 2009. Disponível: http://www.usc.br/biblioteca/pdf/jor_2009_linguagens_a_utilizacao_do_radio_na_educacao_a_distancia.pdf
- BARRETO, Luiz Antonio. Entrevista à autora. Aracaju, 16 de março de 2012. . (Fonte oral).
- BORGES, Sérgio. *Silva Lima: uma memória radiofônica*. Aracaju, 2003 (vídeo-documentário, 13 minutos).
- BRANDÃO, Paulo Dantas. *Entrevista à autora*. Aracaju, 16 de março de 2012. . (Fonte oral).
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Barcelona: Alianza Editorial, 2009.
- DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- FALCON, Francisco. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1975.
- FRANÇA, Carlos. Entrevista à autora. 01 de junho, 2014. (Fonte oral).
- GUEDINI, Fred. *Nas Ondas Sonoras da Comunidade*. São Paulo: Editora Global, 2009.
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e Política – Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- KLÖCKNER, Luciano, PRATA, Nair. (Orgs.) *História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

LAZARSELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. Trad. Sérgio Miceli. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MATOS, L. L. *Voz do Brasil – Do Estado Novo ao século XXI*. Monografia – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2º sem, 2001. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LMatos.pdf>, acessado em 05 de março de 2014.

MAYNARD, Dilton C. S. *A arma retórica: o uso político do rádio em Sergipe*. (1939-1945). São Cristóvão: NPPCS, 2003. 154f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), UFS, São Cristóvão, 2003.

NUNES, Cláudio. Blog de Cláudio Nunes. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=133489>, acessado em 01 de outubro de 2012, às 15h.

PRADO, Magaly. *História do Rádio no Brasil*. São Paulo: Editora da Boa Prosa, 2012

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In.: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). *Mídia, Poder e contrapoder - Da concentração monopólica à democratização da informação* São Paulo: Boitempo, 2013.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnés, TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SIQUEIRA, Ethevaldo. *Tecnologias que mudam nossa vida*. São Paulo: Saraiva, 2007.

TAVARES, Reynaldo. *Histórias que o rádio não contou – Do Galena ao Digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo*. São Paulo: Negócio, 1997.

Recebido: 29/11/2015 – Aprovado: 02/05/2016